



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"
COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA - 11 DE DEZEMBRO DE 2005.

Presidente:

Dr. Eládio Augusto Amorim Mesquita

Membros:

Dr. Érico Rafael Fleury de Campos Curado

Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Dr. Colemar José de Moura Filho

Dr^a. Mônica Flauzino Mendes

Banca Examinadora:

Dra. Maria Helena Soares Gontijo

Dra. Ana Paula de Guadalupe Rocha

Dr. Alertte Martins de Jesus

Dr. Luis Alexandre Rassi

Dra. Dalvina Alves Cardoso

Dr. Rodrigo de Oliveira Caldas

Dr. Alexandre Iunes Machado



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA PARA REALIZAÇÃO DA
PROVA OBJETIVA DO EXAME DE ORDEM.**

- 1) Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
- 2) Não é permitido consultar qualquer tipo de obra, apostila ou anotação, nem usar equipamentos eletrônicos, telefone celular e outros.
- 3) Não escrever no cartão de respostas. O Examinando deve se limitar apenas a assinalar a alternativa escolhida.
- 4) Anotar no cartão de respostas, no espaço especificamente destinado a isso, o número identificador do Examinando constante do "crachá", de modo que o primeiro algarismo do referido número corresponda a um quadrículo da primeira linha, o segundo algarismo a um quadrículo da segunda linha, o terceiro algarismo a um quadrículo da terceira linha e o quarto algarismo a um quadrículo da quarta linha.
- 5) A existência de qualquer outro sinal que permita identificar o Examinando acarretará a anulação da respectiva prova.
- 6) Preencher integralmente os espaços dos quadrículos assinalados, com a devida atenção, tendo em vista que a avaliação será feita por processo eletrônico de leitura ótica.
- 7) Usar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 8) Não amassar, não sujar e não dobrar o cartão de respostas.
- 9) O cartão de respostas é insubstituível.
- 10) O caderno de prova deve ser devolvido pelo Examinando, juntamente com o cartão resposta. Em nenhuma hipótese poderá o Examinando levar consigo o caderno de respostas antes do horário previsto para o término das provas.
- 11) Qualquer comunicação entre Examinandos resultará na desclassificação sumária dos envolvidos.
- 12) A prova terá a duração de 04 (quatro) horas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

PROCESSO CIVIL

001) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Não é admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- b) () A tutela meramente declaratória é admissível, ainda que a adequada seja a condenatória.
- c) () A tutela declaratória não é adequada para se obter a declaração de autenticidade de documento.
- d) () Não é admissível reconvenção em ação declaratória.

002) – Assinale a alternativa correta:

- a) () É possível a reconvenção em face do substituto processual.
- b) () Quando, a requerimento do réu, o juiz declarar extinto o processo sem julgar o mérito (art. 267, § 2º), o autor poderá intentar de novo a ação, sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários, em que foi condenado.
- c) () Havendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção, porque inexistente solidariedade entre eles.
- d) () Se o assistido ficar vencido, o assistente não será condenado nas custas processuais.

003) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Sendo comum às partes o prazo, o procurador de qualquer das partes poderá retirar os autos, desde que por período correspondente à metade do prazo estipulado.
- b) () Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, sem a necessidade de os demais serem intimados dos respectivos atos.
- c) () A assistência obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- d) () As sanções impostas às partes em consequência de má-fé serão contadas como custas e reverterão em benefício da parte contrária; as impostas aos serventuários pertencerão ao Estado.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

004) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.
- b) () A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.
- c) () As ações em que o ausente for réu correm no foro do domicílio do autor.
- d) () É competente o foro do lugar do ato ou fato na ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.

005) – Assinale a alternativa correta:

- a) () É defeso lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, mas o juiz só poderá mandar riscá-las após a oitiva da parte que as realizou.
- b) () O prazo para a Fazenda Pública responder a Agravo de Instrumento é em quádruplo.
- c) () Interposta a apelação, o relator, declarando os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder.
- d) () Provando o apelante justo impedimento, o juiz relevará a pena de deserção, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo.

006) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- b) () Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até dez por cento (10%), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.
- c) () Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, apenas para a parte embargante.
- d) () Os embargos de declaração interpostos contra sentença do Juizado Especial interrompem o prazo para recurso.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

007) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Nas causas de que trata a Lei 10259/01 (Juizado Especial Cível no âmbito da Justiça Federal) haverá reexame necessário.
- b) () O recurso da sentença no Juizado Especial Cível (Lei 9099/95) terá efeito somente devolutivo.
- c) () Não obtida a conciliação no Juizado Especial Cível (Lei 9099/95), as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral.
- d) () É cabível ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei 9099/95.

008) – Assinale a alternativa correta:

- a) () É competente para julgar ação popular que envolva interesse simultâneo do Estado e Município o juiz da Vara da Fazenda Pública Municipal.
- b) () Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória de ação civil pública, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- c) () A ação civil pública tem como objeto apenas a condenação no cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) () A ação civil, a principal e a cautelar poderão ser propostas apenas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios.

009) – Assinale a alternativa correta:

- a) () A apelação da sentença na ação de alimentos poderá ser recebida no efeito suspensivo.
- b) () É defeso ao réu que, na contestação, alega ter sido ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- c) () É facultado às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- d) () O herdeiro que renunciou à herança ou o que dela foi excluído não se exime, pelo fato da renúncia ou da exclusão, de conferir, para o efeito de repor a parte inoficiosa, as liberalidades que houve do doador.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

010) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Se a parte inoficiosa da doação recair sobre bem imóvel, que não comporte divisão cômoda, o juiz determinará que sobre ela se proceda à licitação; o donatário poderá concorrer na licitação e, em igualdade de condições, preferirá aos herdeiros.
- b) () O legatário é parte ilegítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio.
- c) () O credor de dívida líquida e certa, ainda não vencida, não pode requerer habilitação no inventário.
- d) () Não é rescindível a partilha julgada por sentença.

011) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Quando a interdição for requerida pelo Ministério Público, o juiz nomeará o interditando curador à lide.
- b) () A decisão que denega a intervenção de terceiros no feito comporta apelação.
- c) () Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, um oponente não poderá prosseguir contra o outro.
- d) () A oposição só poderá ser oferecida antes de iniciada a audiência.

012) – Assinale a alternativa correta:

- a) () A assistência simples impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- b) () Aquele que detiver a coisa em nome alheio, se ela for demandada em seu próprio nome, deverá denunciar da lide o proprietário ou o possuidor.
- c) () Feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- d) () Feita a denunciação da lide pelo réu, se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor, não poderá o denunciante prosseguir na defesa.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

013) – Assinale a alternativa correta:

- a) () A parte ré responderá integralmente pelas custas, se a incompetência absoluta não for deduzida no prazo da contestação, ou na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.
- b) () Não há conflito de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes.
- c) () Se o autor requerer a título de antecipação de tutela providência de natureza cautelar, o juiz não poderá deferir a medida cautelar, pois esta tem caráter incidental do processo ajuizado.
- d) () No procedimento sumário é admissível ação declaratória incidental.

014) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultando ao juiz, no prazo de quarenta e oito (48) horas, reformar sua decisão.
- b) () Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultando ao juiz, no prazo de quarenta e oito (48) horas, reformar sua decisão. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.
- c) () Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, cabendo exclusivamente à instância superior a reforma da decisão.
- d) () Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando o juiz acolher a alegação de preempção.

015) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Se o réu contestar o direito que constitui fundamento do pedido, o autor poderá requerer, no prazo de 10 (dez) dias, que sobre ele o juiz profira sentença incidente, se da declaração da existência ou da inexistência do direito depender, no todo ou em parte, o julgamento da lide.
- b) () Ocorrendo revelia, o autor poderá demandar declaração incidente em face do réu, sem proceder a nova citação.
- c) () Ocorrendo revelia, o autor não poderá demandar declaração incidente em face do réu, mesmo que promova sua intimação.
- d) () O revel deverá ser intimado dos prazos que contra ele correrão.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

016) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.
- b) () Não é permitido ao credor cumular várias execuções em face do mesmo devedor fundadas em títulos diferentes.
- c) () A certidão da dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município é título executivo judicial.
- d) () O credor ressarcirá ao devedor os danos que este sofreu, quando a sentença, passada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que deu lugar à execução.

017) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- b) () Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.
- c) () Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, pela convenção de arbitragem.
- d) () Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

018) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- b) () A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- c) () A apreciação de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo, faz coisa julgada.
- d) () O fiador, quando executado, não poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

019) – Assinale a alternativa correta:

- a) () O juiz da execução pode conceder ao credor o usufruto de imóvel ou de empresa, quando o reputar menos gravoso ao devedor e eficiente para o recebimento.
- b) () A constituição de usufruto se equipara a penhora, para fins de execução.
- c) () Na execução por carta, os embargos só podem ser oferecidos no juízo deprecante.
- d) () O cumprimento da pena pelo devedor de alimentos provisionais o exime do pagamento das prestações vencidas.

020) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Durante a realização da perícia, as partes não poderão apresentar quesitos suplementares.
- b) () O assistente técnico, apesar de ser indicado pela parte, também está sujeito a impedimento ou suspeição.
- c) () Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- d) () A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação pode ser revogada por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o único fundamento.

DIREITO CIVIL

Observação: as questões de Direito Civil foram extraídas do Código Civil e suas respostas deverão atender, de igual forma, ao estabelecido naquele diploma legal.

021) Acerca dos direitos da personalidade, tratados nos arts. 11 a 21 do vigente Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) () Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido apenas o sobrenome.
- b) () O nome da pessoa pode ser livremente empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.
- c) () Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- d) () O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

022) Quanto ao domicílio da pessoa natural, indique a afirmativa correta:

- a) () O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo.
- b) () Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, vive, apenas será considerada seu domicílio aquela em que passar maior parte do tempo.
- c) () Não se considera domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- d) () Muda-se o domicílio, transferindo-se a residência, mesmo sem a intenção manifesta de o mudar.

023) Indique a alternativa correta, no que tange à prescrição:

- a) () Não se pode renunciar à prescrição.
- b) () Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- c) () O juiz pode reconhecer, de ofício, a prescrição em favor do absolutamente incapaz.
- d) () A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra seu sucessor.

024) Quanto à compra e venda, é correto afirmar que:

- a) () O contrato não pode ter por objeto coisa futura.
- b) () É nulo o contrato quando se deixa a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- c) () É válida a venda de ascendente a descendente, mesmo que os demais descendentes não tenham anuído.
- d) () O condômino em coisa indivisível pode vender sua parte a estranhos, mesmo se outro consorte a quiser, em igualdade de condições.

025) Acerca da responsabilidade civil, indique a alternativa correta:

- a) () Em qualquer hipótese, no regime do Código Civil de 2002, a obrigação de reparar o dano depende de culpa do causador.
- b) () o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes para isso.
- c) () A responsabilidade civil é sempre dependente da criminal.
- d) () O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

026) No que diz respeito à indenização, é correto dizer:

- a) () A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) () O juiz não poderá reduzir equitativamente a indenização, mesmo que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- c) () A participação culposa da vítima no evento danoso não será considerada na fixação do valor da indenização.
- d) () No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido apenas pelas despesas do tratamento.

027) Quanto à posse e seus efeitos, pode-se corretamente afirmar:

- a) () Considera-se possuidor aquele que tem de fato o exercício pleno de todos os poderes inerentes à propriedade.
- b) () Adquire-se a posse no momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- c) () É justa a posse precária.
- d) () Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, mesmo que excluam os dos outros compossuidores.

028) No que diz respeito à hipoteca, é correto dizer:

- a) () É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
- b) () O dono do imóvel hipotecado não pode, em hipótese alguma, constituir outra hipoteca sobre ele.
- c) () Os navios e aeronaves podem ser objeto de hipoteca.
- d) () A hipoteca não se extingue pelo perecimento da coisa.

029) Quanto aos regimes de bens do casamento, pode-se afirmar:

- a) () Na comunhão parcial, comunicam-se os bens adquiridos por cada um dos cônjuges, mesmo que por doação ou sucessão.
- b) () Na comunhão parcial, comunicam-se todos os bens adquiridos anteriormente ao casamento.
- c) () No regime da participação final nos aquestos, não integram o patrimônio próprio de cada um dos cônjuges os bens anteriores ao casamento e os que em seu lugar se sub-rogaram.
- d) () No regime da comunhão universal, não se comunicam as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

030) Em matéria de alimentos, é correto afirmar:

- a) () São devidos os alimentos mesmo quando quem os pretende tem bens suficientes.
- b) () O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, mas não é extensivo a todos os ascendentes.
- c) () A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.
- d) () O filho havido fora do casamento não tem direito a alimentos.

DIREITO COMERCIAL

31) Na conformidade do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), apenas uma das afirmações abaixo está inteiramente correta. Assinale-a.

- a) () A pena de cassação da concessão jamais será aplicada à concessionária de serviço público.
- b) () A pena de cassação somente será aplicada à concessionária de serviço público, quando esta violar obrigação legal e não contratual.
- c) () As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação de consumo.
- d) () As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa serão aplicadas sem necessidade de qualquer procedimento administrativo, desde a primeira infração, sem que se caracterize infração de maior gravidade, consoante previsto na legislação de proteção ao consumidor.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

32) No tocante à comercialização de produtos importados, uma das afirmativas abaixo é a única correta. Aponte-a.

- a) () Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- b) () Cessada a produção ou a importação, a oferta de componentes deverá ser mantida por dois meses, e das peças de reposição por 04 (quatro) meses, na forma disposta na legislação de defesa do consumidor.
- c) () No caso de cessar a importação de um determinado produto, seus fornecedores ficam desobrigados de importar os respectivos componentes, acessórios e peças de reposição.
- d) () A oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas, em qualquer idioma, sem obrigatoriedade da língua portuguesa.

33) Consoante disposições da Lei n 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), assinale a afirmativa inteiramente correta:

- a) () As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas não são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- b) () Conforme disposto na Lei nº 8.078/90 (CDC), as sociedades consorciadas não são responsabilizadas pelas obrigações, de forma solidária.
- c) () A pessoa jurídica não poderá ser desconsiderada quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- d) () As sociedades coligadas só responderão por culpa.

34) A falência requerida com base no art. 94, inciso I do *caput* da Lei nº 11.101, de 9-2-2005, não será decretada se o requerido provar:

- a) () A autenticidade do título.
- b) () Qualquer outro fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança do título.
- c) () A cessação das atividades empresariais 01 (um) ano antes do pedido de falência, comprovado por documento hábil fornecido pelo órgão fazendário municipal respectivo, o qual prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato registrado.
- d) () Que a empresa é uma sociedade anônima e que já foi liquidado e partilhado seu ativo ou do espólio, e decorrido mais de 1 (um) ano da morte do devedor.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

35) Uma das afirmativas abaixo está legalmente correta. Assinale-a.

- a) () De conformidade com a Lei de Falências, uma vez citado, o devedor poderá apresentar contestação no prazo de 30 dias.
- b) () Citado, o devedor poderá contestar a falência no prazo de 48 horas.
- c) () Citado o devedor, no caso de requerimento de falência, não lhe cabe oferecer contestação.
- d) () Citado, o devedor poderá apresentar contestação no prazo de 10 dias.

36) No contexto da legislação falimentar, qual das afirmativas abaixo está correta?

- a) () Poderá ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 15 dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não tiver sido alienada.
- b) () O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou de bem que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência não poderá pedir sua restituição, pois ele passa a integrar o patrimônio do requerido.
- c) () Da sentença que julgar o pedido de restituição em dinheiro caberá apelação com efeito suspensivo.
- d) () A sentença que reconhecer o direito de restituição ao requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 24 horas.

37) Uma das afirmações abaixo é a única verdadeira. Assinale-a.

- a) () A Lei nº 11.101/05, (Lei de Falências e Recuperação de Empresas) é aplicável às empresas de economia mista.
- b) () A Lei nº 11.101/05 aplica-se às sociedades seguradoras.
- c) () A Lei de Falências em vigor não se aplica às sociedades de capitalização.
- d) () São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

38) No caso das sociedades simples, no que concerne aos direitos e obrigações dos sócios, uma das afirmações a seguir é a única correta. Assinale-a.

- a) () A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social e com a concordância dos demais sócios, terá eficácia quanto à sociedade.
- b) () É nula a estipulação contratual que deixar de excluir, de acordo com a lei, qualquer sócio na participação em lucros e perdas.
- c) () É eficaz em relação a terceiros qualquer pacto em separado, diferente ao disposto no instrumento do contrato da sociedade, desde que acordado por todos os sócios.
- d) () O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e, pela solvência do devedor, responde aquele que transferir crédito.

TRABALHO E PROCESSO TRABALHO

039) – Marque a alternativa correta.

- a) () Sempre que uma ou mais empresas, tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis à empresa principal.
- b) () Sempre que uma ou mais empresas, tendo cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis à empresa principal e a cada uma das subordinadas.
- c) () Sempre que uma ou mais empresas, tendo cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis à empresa principal e subsidiariamente responsáveis a cada uma das subordinadas.
- d) () Sempre que uma ou mais empresas, tendo cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e a cada uma das subordinadas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

040) – Marque a alternativa correta.

- a) () As anotações na CTPS concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja a sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidade, bem como a estimativa de gorjeta.
- b) () Os sindicatos poderão cobrar de seus filiados apenas o custo operacional pela entrega das Carteiras de Trabalho e de Previdência Social; serviços esses que serão fiscalizados nas respectivas sedes pelo Ministério Público do Trabalho.
- c) () Os sindicatos não poderão incumbir-se da entrega das CTPS de seus filiados, sob pena das sanções previstas na CLT.
- d) () As anotações na CTPS concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidade. No entanto, não é necessário anotar a estimativa de gorjeta.

041) – Marque a alternativa correta.

- a) () Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horários no registro de ponto não excedentes de 10 minutos, observado o limite diário de 20 minutos.
- b) () Serão descontadas e computadas as variações de horários no registro de ponto ainda que não excedentes de 5 minutos, mesmo que seja observado o limite diário de 10 minutos.
- c) () O tempo dispendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso, o empregador fornecer a condução, ou o transporte público for lento.
- d) () O tempo dispendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso, não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

042) – Marque a alternativa correta.

- a) () As obrigações trabalhistas, **salvo** as contraídas na época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que a este foram transferidos os ativos, as agências, os direitos e os deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista.
- b) () As obrigações trabalhistas, **inclusive** as contraídas na época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que a este foram transferidos os ativos, as agências, os direitos e os deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista.
- c) () As obrigações trabalhistas contraídas na época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido não são de responsabilidade do banco sucedido.
- d) () As obrigações trabalhistas, salvo as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que não restou caracterizada a sucessão trabalhista.

043) – Marque a alternativa correta.

- a) () O prazo prescricional da pretensão do rurícola, cujo contrato de emprego já se extinguiu ao sobrevir a Emenda Constitucional nº 28, de 26-5-2000, tenha sido ou não ajuizada a ação trabalhista, **não** prossegue regido pela lei vigente no tempo da extinção do contrato de emprego.
- b) () O prazo prescricional da pretensão do rurícola, cujo contrato de emprego já se extinguiu ao sobrevir a Emenda Constitucional nº 28, de 26-5-2000, tenha sido ou não ajuizada a ação trabalhista, prossegue regido pela lei vigente no tempo da propositura da ação.
- c) () O prazo prescricional da pretensão do rurícola, cujo contrato de emprego já se extinguiu ao sobrevir a Emenda Constitucional nº 28, de 26-5-2000, tenha sido ou não ajuizada a ação trabalhista, prossegue regido pela lei vigente no tempo da extinção do contrato de emprego.
- d) () A ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho do rurícola prescreve em 2 (dois) anos, até o limite de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

044) – Marque a alternativa correta.

- a) () A fixação do adicional de periculosidade em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco não deve ser respeitada, ainda que pactuada em acordos ou convenções coletivos.
- b) () Faz jus ao adicional de periculosidade apenas o empregado exposto permanentemente às condições de risco.
- c) () Faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. **Indevido**, apenas, quando o contato se dá de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
- d) () Faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. **Devido**, inclusive, quando o contato se dá de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

045) – Marque a alternativa correta.

- a) () Basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo desnecessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo MTb.
- b) () A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, desde que constatadas por laudo pericial.
- c) () A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram entre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho
- d) () A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, independente de constatação em laudo pericial.

046) – Marque a alternativa correta.

- a) () Não se aplica a regra prevista no "caput" do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo do aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- b) () A proporcionalidade do aviso prévio, com base no tempo de serviço, não depende da legislação regulamentadora.
- c) () Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o quinto dia da notificação de despedida.
- d) () Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

047) – Assinale a alternativa correta.

- a) () O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais a que pertence.
- b) () O aposentado filiado a sindicato ou a associação profissional tem direito a votar, mas não pode ser votado.
- c) () O aposentado filiado não tem o direito a ser votado nas organizações sindicais
- d) () O aposentado pode filiar-se ao sindicato de sua categoria, contudo não poderá votar e ser votado.

048) – Marque a alternativa correta.

- a) () No rito ordinário, as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação ou notificação; as que não comparecerem, desde que a parte comprove que as convidou, serão intimadas *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do artigo 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.
- b) () No rito ordinário, as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação ou notificação; as que não comparecerem serão intimadas apenas se houver requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do artigo 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.
- c) () No rito sumaríssimo, as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação ou notificação; as que não comparecerem, ainda que a parte não comprove que as convidou, serão intimadas *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do artigo 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.
- d) () No rito ordinário, as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação ou notificação; as que não comparecerem serão intimadas *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do artigo 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

049) – Marque a alternativa correta.

- a) () A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.
- b) () A deserção não se impõe mesmo tendo havido intimação, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.
- c) () A deserção só se impõe tendo havido intimação, pois incumbe ao juízo dar ciência às partes dos cálculos necessários para efetivar o preparo
- d) () A deserção não implica em obstáculo para que o recurso venha a ser conhecido.

050) – Marque a alternativa correta.

- a) () Quando o sindicato é réu na ação rescisória, por ter sido autor como substituto processual na ação originária, é necessária a citação dos substituídos
- b) () Quando o sindicato é autor na ação rescisória, por ter sido autor como substituto processual na ação originária, é desnecessária a citação dos substituídos.
- c) () Quando o sindicato é réu na ação rescisória, por ter sido autor como substituto processual na ação originária, é desnecessária a citação dos substituídos
- d) () Ao sindicato cabe apenas a defesa dos interesses coletivos ou individuais de seus filiados.

051) – Marque a alternativa correta.

- a) () Nos dissídios coletivos, a instância será instaurada mediante representação escrita ao presidente do Tribunal, não podendo ser instaurada por meio de requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, mesmo que ocorra suspensão do trabalho.
- b) () A representação dos sindicatos para instaurar a sindicância fica subordinada à aprovação da assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio, em primeira convocação por maioria de 2/3 (dois terços) deles, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.
- c) () Nos dissídios coletivos, a instância será instaurada mediante representação escrita ou verbal ao presidente do Tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente ou, ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, mesmo que não ocorra suspensão do trabalho.
- d) () A representação dos sindicatos para instaurar a instância fica condicionada à aprovação da assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio, em primeira convocação por maioria absoluta deles, ou em segunda convocação por maioria simples dos presentes.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

052) – Marque a alternativa correta.

- a) () Torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando **ou** de ter litigado contra o mesmo empregador.
- b) () Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando **ou** de ter litigado contra o mesmo empregador.
- c) () Torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando contra o mesmo empregador.
- d) () Cada parte não pode indicar mais que 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que o número será elevado para 5 (cinco).

053) – Marque a alternativa correta.

- a) () Mesmo que os estatutos das entidades sindicais contenham norma específica que estabeleça prazo mínimo entre a data de publicação do edital convocatório e a realização da assembléia correspondente, a validade desta última independe da observância desse interregno.
- b) () É dispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria.
- c) () A representação sindical nem sempre abrange toda a categoria, comportando separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.
- d) () A representação sindical abrange toda a categoria, não comportando separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.

054) – Marque a alternativa correta.

- a) () Não é cabível o pedido liminar formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda.
- b) () O pedido de antecipação de tutela, formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, será recebido como medida acautelatória em ação rescisória, por não se admitir tutela antecipada em sede de ação rescisória.
- c) () O pedido de antecipação de tutela, formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, **não** será recebido como medida acautelatória em ação rescisória, por não se admitir tutela antecipada em ação rescisória.
- d) () A exceção de incompetência, ainda que oposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

055) – Marque a alternativa correta.

- a) () Documento novo não é o cronologicamente velho, já existente no tempo da decisão rescindenda, ainda que ignorado pelo interessado ou de impossível utilização na época no processo.
- b) () É documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.
- c) () É documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado a sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, ainda que em virtude de negligência da parte, quando podia louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda.
- d) () Não são documentos novos aptos a viabilizarem a desconstituição de julgado a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda e a sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando poderia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda.

056) – Marque a alternativa correta.

- a) () Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.
- b) () Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, mesmo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida.
- c) () O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.
- d) () O juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

057) – Marque a alternativa correta.

- a) () No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão recorrível, para a parte que comprovar ter sofrido prejuízos em razão da homologação.
- b) () No caso de conciliação, o termo que for lavrado não valerá como decisão irreccorrível, salvo para o Ministério Público e para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- c) () No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão de mérito, podendo ser reformado a pedido das partes, por meio de recurso ordinário para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- d) () No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irreccorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

058) – Marque a alternativa correta.

- a) () Interposto o recurso, será notificado o recorrido para oferecer suas razões, em prazo igual ao que tiver o recorrente.
- b) () O recurso de embargos é cabível para obter o reexame de fatos e provas.
- c) () Os erros materiais não poderão ser corrigidos de ofício.
- d) () O recurso de revista é cabível para reexame de fatos e provas.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

059) A respeito das penas, o Código Penal adotou o sistema vicariante. Por ele, o juiz pode:

- a) () Aplicar ao condenado pena privativa de liberdade ou medida de segurança.
- b) () Aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e medida de segurança, cumulativamente.
- c) () Aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos.
- d) () Aplicar ao condenado pena restritiva de direitos ou medida socioeducativa.

060) De acordo com o princípio constitucional da legalidade:

- a) () Alguém só pode ser punido se, anteriormente ao fato por ele praticado, existir uma lei que o considere como crime.
- b) () A norma penal sempre será vigente e juridicamente eficaz se for benéfica ao réu.
- c) () O ato anti-social só será punido se estiver consignado na Carta Magna.
- d) () Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

061) Pode o magistrado conceder *sursis* (da pena) num processo, sabedor que já fora concedido *sursis* (da pena) ao mesmo sentenciado em outro processo?

- a) () Tudo dependerá do tipo de delito praticado.
- b) () Não pode, eis que o *sursis* só é concedido a réus primários.
- c) () Pode, desde que preenchidos os requisitos previstos no Código Penal.
- d) () Não pode, tendo em vista que só compete ao juiz das Execuções Criminais a concessão do *sursis*.

062) Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com:

- a) () Observância de dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.
- b) () Inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.
- c) () Inobservância do dever de cuidado que cause um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.
- d) () Inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado, mas previsível.

063) "Taxatividade", em Direito Penal, significa que:

- a) () Os fatos descritos na lei penal admitem ampliações de entendimento.
- b) () O fato é típico ou atípico.
- c) () O conjunto de normas incriminadoras admitem pena de multa.
- d) () As regras de direito penal decorrem do princípio da reserva legal.

064) Pode(m) ser sujeito(s) ativo(s) de infanticídio:

- a) () Qualquer pessoa que cometa crime de homicídio contra criança menor de 14 (quatorze) anos.
- b) () Apenas os pais de criança com menos de 30 (trinta) dias.
- c) () Somente a mãe do recém-nascido.
- d) () Os pais da criança recém-nascida.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

065) A conduta de adolescente descrita como crime ou contravenção penal é denominada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n 8.069/90) como ato:

- a) () Anti-social.
- b) () Irregular.
- c) () Desviante.
- d) () Infracional.

066) O funcionário público que exige de um indivíduo contribuição social, que sabe indevida, comete crime de:

- a) () Peculato.
- b) () Concussão
- c) () Excesso de exação.
- d) () Corrupção ativa.

067) Constitui causa de diminuição de pena prevista na parte geral do Código Penal Brasileiro:

- a) () O crime impossível.
- b) () O arrependimento posterior.
- c) () A desistência voluntária.
- d) () O arrependimento eficaz.

068) Em relação à anistia, é correto afirmar que:

- a) () Ela pode ocorrer antes ou depois da sentença.
- b) () Ela se destina a pessoas e não a fatos.
- c) () Ela não se aplica a crimes políticos.
- d) () Ela é sempre geral, não podendo ser restrita.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

069) Requerida uma ordem de *Habeas Corpus* liberatório ao Tribunal de Justiça de São Paulo, em favor de um acusado denunciado por crime de atentado violento ao pudor, a Câmara julgadora entendeu denegar a ordem por dois votos a um. Neste caso, o recurso oponível será:

- a) () Embargos Infringentes junto ao próprio Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias.
- b) () Recurso Ordinário Constitucional ao Superior Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) () Recurso Ordinário Constitucional ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) () Embargos de Declaração junto ao próprio Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias.

070) É possível dar início à ação penal de iniciativa pública incondicionada sem a conclusão do inquérito policial?

- a) () Sim, desde que o titular da ação penal, ou seja, o Ministério Público, possua elementos que o autorizem a promovê-la.
- b) () Não, o inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal de iniciativa pública.
- c) () Sim, desde que haja representação da vítima em dez dias contados do fato delitivo.
- d) () Não, pois somente a Polícia Judiciária possui condições de apurar a autoria da infração penal.

071) Havendo fundadas dúvidas quanto à versão oferecida pelo acusado por ocasião de seu interrogatório judicial, o magistrado poderá reinterrogá-lo:

- a) () Até o término da instrução criminal.
- b) () Antes de oferecida a defesa prévia.
- c) () Antes do oferecimento das alegações finais, pelas partes.
- d) () A todo tempo.

072) Em relação aos efeitos dos recursos no processo penal, aquele que beneficia o acusado não recorrente denomina-se:

- a) () Devolutivo.
- b) () Suspensivo.
- c) () Resolutivo.
- d) () Extensivo.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

073) No Processo Penal, o princípio da identidade física do juiz:

- a) () Só vigora nos processos instaurados para apurar crimes punidos com reclusão.
- b) () Só vigora nos processos instaurados para apurar crimes dolosos contra a vida, desde a primeira fase.
- c) () Vigora em todos os processos.
- d) () Não vigora em processo algum.

074) Tratando-se de infração continuada, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada:

- a) () Pelo local onde ocorreu a primeira infração.
- b) () Pelo local onde ocorreu a última infração.
- c) () Pela conexão.
- d) () Pela prevenção.

075) Caso o indiciado adquira bens imóveis com os proventos da infração, estarão estes sujeitos a processo de:

- a) () Busca e apreensão.
- b) () Seqüestro.
- c) () Arresto.
- d) () Especialização de hipoteca legal.

076) Para a fixação de pena:

- a) () O Código Penal Brasileiro vigente adotou o sistema bifásico, no qual o juiz fixará a pena-base nos termos do art. 59 do Código Penal e circunstâncias agravantes e atenuantes, passando, posteriormente, à verificação das causas de aumento e diminuição de pena.
- b) () O Código Penal Brasileiro vigente adotou o sistema trifásico, no qual, após a fixação da pena-base nos termos do art. 59, serão observadas as circunstâncias agravantes e atenuantes e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena.
- c) () O Código Penal Brasileiro vigente adotou o sistema único no qual o juiz, de uma só vez, fixa a pena entre o máximo e o mínimo abstratamente previstos.
- d) () As circunstâncias atenuantes permitem que a pena em concreto seja fixada abaixo da pena mínima prevista na cominação abstrata legal.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

077) O prazo para a oposição de Embargos de Declaração no processo penal brasileiro é de:

- a) () 02 (dois) dias.
- b) () 05 (cinco) dias.
- c) () 15 (quinze) dias.
- d) () 24 (vinte e quatro) horas.

078) O prazo para a interposição de recurso contra decisão que declarou a incompetência do juízo é de:

- a) () 02 (dois) dias.
- b) () 05 (cinco) dias.
- c) () 15 (quinze) dias.
- d) () 24 (vinte e quatro) horas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

079) Nos termos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que dispõe sobre a ação civil de iniciativa pública, assinale a alternativa correta:

- a) () A ação é cabível para veicular pretensões que envolvam tributos ou impostos.
- b) () Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta, que terá eficácia de título executivo judicial.
- c) () Somente nos casos em que se impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.
- d) () O requisito da pré-constituição não poderá ser dispensado pelo juiz, mesmo quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano.

080) Nos termos da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta:

- a) () Dar-se-á o mandado de segurança quando se tratar de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.
- b) () Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.
- c) () A sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.
- d) () Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos e ações judiciais, sem exceção.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

081) Nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em caráter concorrente, baixarão normas relativas à produção e serviços.
- b) () Mesmo pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, poder-se-á imputar reincidência ao consumidor, antes do trânsito em julgado da sentença.
- c) () A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, salvo quando violar obrigação legal ou contratual.
- d) () A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença.

082) Nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, assinale a alternativa correta:

- a) () Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade ou beleza.
- b) () Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, se não o fizer o proprietário, o Poder Público Federal poderá fazê-lo somente depois de desapropriá-las.
- c) () A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.
- d) () O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, independerá de licença da autoridade competente.

083) Nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC assinale a alternativa correta:

- a) () Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica é obrigatória a consulta pública que permita identificar a localização e os limites mais adequados.
- b) () A desafetação ou a redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.
- c) () O espaço aéreo que influi na estabilidade do ecossistema não integra os limites das unidades de conservação.
- d) () Os órgãos responsáveis das unidades de conservação não podem receber doações, com encargos, de organizações privadas ou públicas internacionais, mesmo se estas desejarem colaborar com sua conservação.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

084) Nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, assinale a alternativa correta:

- a) () Os concessionários de serviços públicos poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante em lei ou contrato.
- b) () O Poder Legislativo não poderá tomar a iniciativa da desapropriação.
- c) () A desapropriação por utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto.
- d) () No valor da indenização, que será contemporânea à da avaliação, deverão ser incluídos os direitos de terceiros contra o expropriado.

085) Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, que dispõe sobre o regime dos servidores públicos civis da União, assinale a alternativa correta:

- a) () A investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- b) () Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- c) () O servidor habilitado em concurso público adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de nomeação.
- d) () O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

086) Ainda nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, assinale a alternativa correta:

- a) () A vacância do cargo público decorre, entre outras formas, de ascensão.
- b) () A gratificação natalina é considerada para cálculo de vantagem pecuniária.
- c) () Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.
- d) () Conceder-se-á ao servidor licença decorrente de prêmio por assiduidade.

087) O ato administrativo pelo qual o Poder Público extingue unilateralmente um crédito ou um direito próprio, liberando definitivamente a pessoa obrigada perante a Administração é conceituado como:

- a) () Dispensa.
- b) () Renúncia.
- c) () Homologação.
- d) () Aprovação.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

088) A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é conceituada como:

- a) Tomada de preços.
- b) Concorrência.
- c) Convite.
- d) Leilão.

089) Nos termos da Lei nº 8.666/1993, é dispensável a licitação nos casos de:

- a) Guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Venda ou doações de imóveis a outro órgão público.
- c) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.

090) Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes com interesses opostos.
- b) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- c) O advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.
- d) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato impessoal do advogado da causa.

091) Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) A compensação ou o desconto dos honorários contratados e de valores que devam ser entregues ao constituinte ou cliente só podem ocorrer se houver prévia autorização ou previsão contratual.
- b) Na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários não devem ser representados por pecúnia.
- c) O crédito por honorários advocatícios autoriza o saque de duplicatas.
- d) Havendo necessidade de arbitramento e cobrança judicial dos honorários advocatícios, não deve o advogado renunciar ao patrocínio da causa.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

092) Nos termos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () A impetração de Habeas Corpus se inclui nas atividades privativas de advocacia.
- b) () É obrigada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.
- c) () O advogado é dispensável à administração da justiça.
- d) () O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

093) Nos termos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () O documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso facultativo no exercício da atividade de advogado.
- b) () O advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- c) () É proibido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.
- d) () Além da sociedade, o advogado sócio responde subsidiária e limitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia.

094) Nos termos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () A incompatibilidade determina a proibição parcial, e o impedimento, a proibição total do exercício da advocacia.
- b) () A advocacia é incompatível, salvo em causa própria, com a atividade de ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras.
- c) () A incompatibilidade do exercício da advocacia permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente.
- d) () Os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, não são impedidos de exercer a advocacia a favor das pessoas jurídicas de direito público.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

DIREITO TRIBUTÁRIO

095) Embora o inciso V do artigo 156 do Código Tributário Nacional afirme que a prescrição extingue o crédito tributário, isso não ocorre porque a prescrição extingue:

- a) () A obrigação tributária.
- b) () Apenas o direito de ação para cobrança do crédito.
- c) () O direito de constituição do crédito, impedindo o seu surgimento.
- d) () O direito à inscrição do crédito como dívida ativa da Administração Pública.

096) A expressão "legislação tributária" compreende:

- a) () Qualquer lei.
- b) () As leis, os tratados internacionais, os decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.
- c) () As leis, os tratados internacionais, os decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte sobre as receitas públicas em geral.
- d) () Toda norma jurídica que verse sobre administração tributária.

097) A denominação legal ou "nomen juris" de um tributo:

- a) () Determina a natureza jurídica do tributo.
- b) () É irrelevante para qualificar sua natureza jurídica.
- c) () É fundamental para caracterizar a natureza jurídica apenas das taxas.
- d) () É necessária para caracterizar a natureza jurídica da Contribuição de Melhoria.

098) O Município de Goiânia não pode cobrar o IPTU sobre o prédio de propriedade da União, onde funciona a Delegacia da Receita Federal, em face da ocorrência:

- a) () De ausência de capacidade contributiva, por se tratar de Poder Público.
- b) () De imunidade recíproca.
- c) () De não incidência em virtude da hierarquia de Poderes.
- d) () Do princípio da pessoalidade dos impostos.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

099) Nos impostos sujeitos a lançamento por homologação, extingue-se o direito de a Fazenda Pública proceder ao lançamento, de ofício, da diferença apurada entre o valor devido e o efetivamente recolhido pelo contribuinte:

- a) () Em 05 (cinco) anos contados da ocorrência do fato gerador.
- b) () Em 05 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) () Em 05 (cinco) anos contados da data do recolhimento feito pelo contribuinte e que deverá ser complementado.
- d) () Em 05 (cinco) anos contados da data em que ocorrer a apuração da diferença entre o valor devido e o valor recolhido.

100) Sobre a moratória pode-se afirmar que:

- a) () É forma de extinção do crédito tributário.
- b) () Gera direito adquirido se concedida em caráter individual.
- c) () Não exige especificação do prazo de sua duração.
- d) () Não pode ser concedida se o contribuinte tiver mais de uma dívida para com o Poder Público concedente.

BOA PROVA!